

PROCESSOS DE INCLUSÃO MUSEAIS: EM BUSCA DE UMA TEORIZAÇÃO SOBRE AS AÇÕES INCLUSIVAS NOS MUSEUS E SUAS PERSPECTIVAS DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Luciana Conrado Martins

Université du Québec à Montréal/Universidade de São Paulo Canada/Brasil

Manuelina Maria Duarte Cândido

Universidade Federal de Goiás – Brasil

Resumo

O presente trabalho visa, a partir da análise de uma ação museal de inclusão, delimitar e problematizar alguns conceitos museológicos essenciais para a estruturação destas práticas e da própria Museologia enquanto campo de conhecimento. Considera-se que o relativo aumento de relatos de ações denominadas inclusivas pelos profissionais de museus não corresponde na mesma medida à existência de uma teorização robusta para embasar as práticas museais e levá-las a uma perspectiva de transformação social. Nesse sentido, como parte da estratégia de análise aqui pretendida, propõe-se a utilização do conceito de “museologia cidadã”, oriundo de pesquisas acadêmicas desenvolvidas por Anik Meunier e Virginie Soulier (UQAM/Québec) na área museológica, visando a uma melhor compreensão desse novo panorama de ações inclusivas museais e de suas perspectivas de transformação.

A ação museal inclusiva analisada tem sua origem no “Curso de formação para Educadores” do Museu Histórico de São Carlos (SP/Brasil). Os participantes foram convidados a identificarem e selecionarem o patrimônio de seu bairro a ser preservado/musealizado, o que resultou em uma exposição itinerante e no projeto “São Carlos de Todos Nós”, envolvendo toda a rede municipal de Ensino Fundamental da cidade.

Analisar essa ação traz à tona questionamentos sobre possibilidades e limites das ações de inclusão museais, e da própria definição do que elas sejam. Como ações de inclusão museal se qualificam frente às demais ações de uma instituição museológica? É possível traçar os limites entre ações ditas inclusivas e, por exemplo, as ações educativas de um museu? Outros questionamentos, como sobre os não-públicos, binômio conceitual quase imediato da inclusão em museus, também são pertinentes nesta busca por teorização.

Ao analisarmos o caso citado, podemos identificar uma ação inclusiva de novos públicos nos museus? Ou são considerados não-públicos somente aqueles desfavorecidos economicamente? Estas são algumas das discussões que serão desenvolvidas neste trabalho.

Palavras-chave: Ações de inclusão museal. Museologia cidadã. Não-públicos

PROCESOS DE INCLUSIÓN MUSEAL EN BUSCA DE UNA TEORIZACIÓN SOBRE LAS ACCIONES INCLUSIVAS DE NUESTROS MUSEOS Y SUS PERSPECTIVAS DE TRANSFORMACIÓN SOCIAL

Resumen

A partir del análisis de una acción museal de inclusión, el presente trabajo apunta a delimitar y poner en duda algunos conceptos museológicos esenciales para la estructuración de estas prácticas y de la propia Museología como campo del conocimiento. Se considera que el aumento relativo de los informes sobre acciones llamadas inclusivas por parte de los profesionales de museos, no se corresponde en la misma medida con la existencia de una teorización sólida, capaz de cimentar las prácticas museales y llevarlas a una perspectiva de transformación social. En este sentido, y como parte de la estrategia de análisis aquí pretendida, se sugiere la utilización del concepto de “museología ciudadana” desarrollado por Anik Meunier y Virginie Soulier (UQAM/Quebec), basado en investigaciones académicas en el área de la Museología partiendo del análisis de una acción museal de inclusión que apunta a una mejor comprensión de este nuevo panorama y de sus perspectivas de transformación.

La acción museal inclusiva analizada tiene su origen en *el Curso de formación para Educadores* del Museo Histórico de São Carlos (SP/Brasil). Los participantes fueron invitados a identificar y seleccionar el patrimonio de su barrio digno de ser preservado y musealizado. Esto dió por resultado una exposición itinerante y el proyecto *San Carlos de todos nosotros* que abarca toda la *Red Municipal de Educación Fundamental* de la ciudad.

Analizar esta empresa hace resurgir cuestionamientos acerca de las posibilidades y los límites de la inclusión museal y su significado. Como tal, ¿califica frente a las demás acciones de una institución museológica? ¿Es posible trazar los límites entre las acciones llamadas inclusivas y, por ejemplo, las acciones educativas de un museo? Otros cuestionamientos, como ser los que se refieren a los no-públicos, binomio conceptual de inclusión casi inmediata en los museos, también son pertinentes en esta búsqueda de teorización.

Al analizar el caso citado, ¿podemos identificar una acción inclusiva que aporte nuevos públicos en nuestros museos? ¿O sólo son no-públicos los desfavorecidos económicamente? Estas son algunos de los temas que se desarrollan y discuten en este trabajo.

Palabras clave: Acciones de inclusión museal. Museología ciudadana. No-públicos.

PROCESSES OF MUSEAL INCLUSION SEARCHING FOR A THEORIZING PROCESS ABOUT THE INCLUSIVE ACTIONS OF OUR MUSEUMS AND THEIR PERSPECTIVES FOR SOCIAL TRANSFORMATION

Abstract

On the basis of the analysis of an inclusive museal action, the present work aims to fix limits and put in doubt some essential museological concepts for the structuring of these practices and of Museology itself, considered as a field of knowledge. The relative increase of reports on the so-called *inclusive actions* by the museums professionals, does not fit with the existence of a solid theorization, capable to ensure the museal practices, seeking for a social transformation perspective. Therefore, as part of this attempted strategy of analysis, we suggest the use of the concept “citizen museology”, which stems from the academic investigations carried out by Anik Meunier and Virginie Soulier (UQAM/Quebec) at the museological area, aiming at a better understanding of the new panorama of inclusive actions and their possibilities for transformation.

The source of the analyzed inclusive museal actions is the “*Training Course for Educators*” at the *Historical Museum of São Carlos* (SP/Brazil). The participants were invited to identify and choose the heritage of their neighbourhood to be preserved and musealized. The result was a travelling exhibition and the project “*San Carlos belongs to all of us*”, involving all the *Municipal Network of Fundamental Teaching* in the city.

When analyzing these actions, several questionings on the possibilities and limits of museal inclusion arise. When facing other museum actions, how do they qualify? Is it possible to fix limits between the so-called inclusive actions and, for example, the educational actions of a museum? Other questionings, such as those dealing with the non-publics, conceptual binomial of immediate inclusion within the museums, are also relevant in this search for a theorizing process. When analyzing the mentioned cases, ¿can we identify an inclusive action of new publics in our museums? Or are the economically marginalised the only persons considered non-publics? These are some of the topics which will be developed within this work.

Key words: Actions of museal inclusion. Citizen museology. Non-publics.

PROCESSOS DE INCLUSÃO MUSEAIS: EM BUSCA DE UMA TEORIZAÇÃO SOBRE AS AÇÕES INCLUSIVAS NOS MUSEUS E SUAS PERSPECTIVAS DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Luciana Conrado Martins

Université du Québec à Montréal/Universidade de São Paulo – Canadá/Brasil

Manuelina Maria Duarte Cândido

Universidade Federal de Goiás – Brasil

Apresentação

O presente trabalho visa, a partir da análise de uma ação museal de inclusão, delimitar e problematizar alguns conceitos museológicos essenciais para a estruturação destas práticas e da própria Museologia enquanto campo de conhecimento. Considera-se que o relativo aumento de relatos de ações denominadas inclusivas pelos profissionais de museus não corresponde na mesma medida à existência de uma teorização robusta para embasar as práticas museais e levá-las a uma perspectiva de transformação social. Nesse sentido, como parte da estratégia de análise aqui pretendida, propõe-se a apresentação e discussão do conceito de “museologia cidadã”, oriundo de pesquisas acadêmicas desenvolvidas por Anik Meunier e Virginie Soulier (UQAM/Québec) na área museológica, visando a uma melhor compreensão desse novo panorama de ações inclusivas museais e de suas perspectivas de transformação.

A ação museal inclusiva analisada tem sua origem no “Curso de formação para Educadores” do Museu Histórico de São Carlos (SP/Brasil). Os participantes foram convidados a identificarem e selecionarem o patrimônio de seu bairro a ser preservado/musealizado, o que resultou em uma exposição itinerante e no projeto “São Carlos de Todos Nós”, envolvendo toda a rede municipal de Ensino Fundamental da cidade. A primeira autora do presente artigo era diretora do Museu Histórico de São Carlos durante o ano em que se iniciaram ditas ações. Essa participação é a fonte descritiva dos dados que permite a análise aqui realizada.

Refletir essa ação traz à tona questionamentos sobre possibilidades e limites das ações de inclusão museais, e da própria definição do que elas sejam. Como ações de inclusão museal se qualificam frente às demais ações de uma instituição museológica? É possível traçar os limites entre ações ditas inclusivas e, por exemplo, as ações educativas de um museu? Outros questionamentos, como sobre os não-públicos, binômio conceitual quase imediato da inclusão em museus, também são pertinentes nesta busca por teorização. Ao analisarmos o caso citado, podemos identificar uma ação inclusiva de novos públicos nos museus? Ou são considerados não-públicos somente aqueles desfavorecidos economicamente? Estas são algumas das discussões que serão desenvolvidas neste trabalho.

Ações museais de inclusão: premissas para o debate

A compreensão das práticas museológicas de inclusão se faz necessária na medida em que esse tipo de ação tem se tornado cada vez mais presente no universo dos museus. Uma pujante bibliografia (SANDELL,

2002; BLACK, 2005; EIDELMAN et al., 2007; MEUNIER e SOULIER, 2009, entre outros), além de encontros de profissionais e estudiosos de museus acerca desse tema (CECA, 1993; CECA, 1995; Universidade de São Paulo, 2005), tem mobilizado a área museológica nos últimos anos.

Essa tendência tem suas raízes históricas no amplamente documentado movimento que transformou as instituições museológicas a partir da segunda metade do século XX. Essas mudanças alteraram o foco de atuação dessas instituições, transferindo o olhar e as práticas de seus profissionais do cuidado com as coleções para a atenção com o público (RIVIÈRE, 1989).

A matriz dessas modificações está nas discussões que, a partir do final dos anos 1960, trouxeram à tona questionamentos acerca do papel e das responsabilidades sociais das instituições culturais. Partindo do meio profissional museológico, esses questionamentos instigaram os debates teóricos, cuja repercussão foi ampliada a partir da publicação de documentos produzidos em reuniões da comunidade museológica internacional. Podem ser ressaltadas as Jornadas de Lurs, em 1966, onde surgiu a idéia de ecomuseus; a Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972, onde foi discutido o papel social da Museologia; a Declaração de Quebec, em 1984, que resultou na criação do MINOM – Movimento por uma Nova Museologia; e, por fim, a Declaração de Caracas, em 1992, em que foi reafirmada a função sócio-educativa do museu, definindo-o como um canal de comunicação estimulador da reflexão e do pensamento crítico. É a partir dessas discussões que se acentua o entendimento do museu enquanto instituição de grande potencial educativo e de transformação social, no qual a participação do público deveria acontecer de forma mais efetiva.

Dentro desse contexto os museus são conclamados a envolver os diversos segmentos da população em suas ações que, por sua vez, devem ser catalisadoras de transformações sociais. Esse engajamento populacional leva à criação de novas e diversas tipologias institucionais: ecomuseus¹, museus de comunidade, museus de sociedade, museus de território, são algumas das novas nomenclaturas que passam a fazer parte desse universo. Paralelamente, as discussões teóricas entre os profissionais e estudiosos da área continuam e ajudam a formar um arcabouço conceitual que busca compreender e, ao mesmo tempo, fomentar esse processo de transformação (VARINE, 1991, 2007; DAVIS, 1999; BRUNO e NEVES, 2008; MINOM, 1999; PRIOSTI, 2003, entre outros).

Um dos aspectos mais contundentes dessas teorizações que vêm sendo forjadas ao longo das últimas décadas diz respeito, justamente, à proposição de modelos teóricos para a compreensão das ações de inclusão nos museus. Um exemplo bastante elucidativo desse processo de teorização é trazido pelo conceito de *museologia cidadã*, proposto por Anik Meunier e Virginie Soulier (2010), pesquisadoras do grupo de pesquisa sobre a educação e os museus da Universidade do Quêbec em Montreal (GREM/Uqàm). De acordo com as autoras, os fundamentos da *museologia cidadã* se

¹ O conceito de ecomuseu foi cunhado na França por Georges-Henri Rivière e Hugues de Varine, e propõe uma atuação museológica baseada na territorialidade, interdisciplinaridade e na participação popular, visando ao desenvolvimento social.

encontram nas décadas de 1920 e 1930 quando, na América do Norte, e depois na Europa, as preocupações educativas se afirmaram no meio museal. As autoras se referem especialmente ao pensamento de figuras como Duncan Cameron, Hugues de Varine, André Desvallées e Georges-Henri Rivière, não deixando de afirmar a importância da Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972, em cuja declaração final os participantes validaram essas visões e contribuições.

Para apresentar o conceito de *museologia cidadã* as autoras optam pela construção de um esquema que mostra como diferentes correntes do pensamento ou da ação museológica contribuem para essa idéia. O modelo tem como eixo central a constituição e aprofundamento dos museus como espaços públicos ao longo de sua história e, em torno desse eixo principal, ramificações que fazem referência a autores, como os já citados, e outras influências como a *museologia participativa* e a *museologia comunitária*. A partir desse contexto a *museologia cidadã* é localizada na perspectiva de um movimento de renovação das *novas museologias*, a partir de uma reatualização do engajamento social e da identificação de soluções para problemas sociais em colaboração direta com os cidadãos. Sua concepção, apesar de ainda estar em construção, é definida pelas autoras como “diversas formas de apropriação do patrimônio cultural (arquitetural, material ou imaterial) pelo conjunto dos cidadãos (ou certos grupos) portadores de direitos e deveres, no seio de uma ação que se considera de características museológicas (coleção, conservação, exposição, difusão). A idéia principal [...] consiste em garantir que o contrato social estruturado no seio de uma museologia cidadã vise à manutenção dos laços sociais urbanos” (MEUNIER e SOULIER, 2010, p. 311, tradução nossa).

O objetivo da formatação desse conceito é justificado pelas autoras pela ausência de teorizações que, no quadro de dramáticas transformações sociais em que se encontra a humanidade nos dias atuais, leva as instituições museológicas a importantes modificações em sua atuação. Modificações essas que, de acordo com Meunier e Soulier, “afirmam uma vontade de inserção no seio das comunidades sociais, territoriais e/ou culturais” (MEUNIER e SOULIER, 2010, p. 311, tradução nossa).

Outro aspecto do conceito de *museologia cidadã* é que, ao propor uma nova forma de compreensão das ações de inclusão nos museus, as autoras também trazem um referencial de melhor ação inclusiva. Utilizando uma bibliografia sobre discussões de cidadania, Meunier e Soulier propõem quatro visões sobre a participação social nos museus – liberal, republicana, diferenciada e nacional unitária. Sua defesa pende para a postura *diferenciada*, na qual os cidadãos “fazem parte da comunidade cultural apresentada na exposição e colaboram para sua realização”, pressupondo um nível de participação “superior” na concepção dos projetos de comunicação do museu (MEUNIER e SOULIER, 2010, p. 326, tradução nossa).

Percebe-se que a trajetória analítica e propositiva das autoras vai ao encontro de outros aportes teóricos que também buscam compreender e propor novas formas de atuação para as ações museológicas de inclusão. Pode-se citar como exemplo os conceitos de ecomuseologia e museologia comunitária (VARINE, 1991), dos quais a própria idéia de *museologia cidadã* se afirma tributária. Fato é que a chamada *nova museologia* gerou, além de uma ampliação da compreensão do papel social das instituições museológicas, uma série de nomenclaturas que buscam compreender,

delimitar e propor ações museológicas dentro de uma perspectiva de inclusão social. Não é o caso aqui a exaustiva apresentação de todos esses conceitos, entretanto parece pertinente alguns questionamentos acerca de sua utilização. Uma primeira questão que se coloca é a respeito da própria especificidade dessas ações de inclusão: é possível, a partir de denominações tão variadas, realmente compreender e delimitar a especificidade das práticas museológicas de inclusão? Se sim, do que exatamente ela se constitui? É possível, por exemplo, traçar os limites entre ações ditas inclusivas e as comumente denominadas ações educativas e/ou comunicacionais de um museu, somente para citar um exemplo de prática museológica?

Esses questionamentos, aparentemente supérfluos, são aqui colocados na medida em que se considera que o avanço da teorização museológica, objetivo último de um Seminário de Investigação em Museologia, deva ser também impulsionado por questionamentos tanto do próprio campo das teorias, quanto das práticas. Sendo assim, propõe-se aqui uma reflexão que, baseada em um estudo de caso ocorrido na cidade de São Carlos (São Paulo/Brasil), buscou compreender os limites de algumas das proposições teóricas atualmente debatidas na área museológica, bem como as especificidades das ações de inclusão.

A justificativa dessa perspectiva analítica – baseada em um estudo de caso – tem como referência autores que afirmam ser a própria essência do fazer epistemológico museológico a relação dialética entre teoria e prática, na medida em que a teoria museológica se alimenta da prática dos museus, que por sua vez, sustentam sua prática a partir dessas teorizações (PIMENTEL, BITTENCOURT e FERRON, 2005; CENTRO DE ESTUDOS DE SOCIOMUSEOLOGIA, 1999; MARTINS, 2006; MUSEUMS & GALLERIES COMMISSION, 2001 a 2005). É justamente nesse cruzamento entre teoria e prática que se situam os questionamentos pertinentes a este trabalho. Como dito anteriormente, mais do que uma revisão exaustiva dos conceitos buscou-se, a partir de um estudo de caso, problematizar a própria idéia de ação inclusiva nos museus.

A ação museológica de inclusão “São Carlos de Todos Nós”

A ação museal inclusiva aqui analisada tem sua origem no “Curso de formação para Educadores” do Museu Histórico de São Carlos (São Paulo/Brasil). Esse curso, realizado ao longo do ano de 2005, era voltado prioritariamente para professores de escolas públicas e privadas da região, educadores de instituições não-formais de educação e alunos dos cursos universitários de formação de professores. Seu objetivo era promover uma primeira aproximação dos educadores da cidade com as possibilidades didáticas do patrimônio museológico municipal. O baixo interesse, refletido na pouca procura pelo curso, demonstrou a necessidade de uma intervenção mais específica, que possibilitasse o envolvimento efetivo desse público nas questões patrimoniais regionais. Nesse sentido foi efetivada uma parceria entre o Museu Histórico, a Secretaria Municipal de Educação e a Fundação Pró-Memória, que, ao longo do segundo semestre de 2005, desenvolveu a ação “Conhecer para preservar”. Essa ação consistia em uma série de palestras e atividades práticas visando à maior compreensão do público sobre as possibilidades didáticas das diversas tipologias patrimoniais da cidade. Seu público alvo eram os professores da rede municipal de ensino, considerados

possíveis agentes multiplicadores do conteúdo de aprendizagem central do curso: o compromisso com a preservação do patrimônio natural e cultural do município².

Durante o desenrolar da ação os participantes foram convidados a identificarem e, posteriormente, selecionarem o patrimônio de seu bairro que, do ponto de vista de cada um, deveria ser preservado/musealizado como referência da história local. Palestras com especialistas e leituras de textos da área museológica, forneceram o subsídio aos acalorados debates sobre o que deveria ou não ser “merecedor” da denominação de patrimônio. Aos poucos as percepções começaram a ser modificadas e noções mais ampliadas de patrimônio apareceram. Paralelamente, os professores participantes trabalharam os mesmos conceitos e atividades com seus alunos. O resultado final da seleção realizada ao longo da ação foi a exposição itinerante “Conhecer para preservar”, inserida no projeto “História dos Bairros”³. A exposição circulou pela rede de bibliotecas públicas municipais, sediadas nas escolas.

A principal consequência direta do desenvolvimento dessa ação, entretanto, foi o projeto “São Carlos de Todos Nós – Educação para a preservação do patrimônio material e imaterial do município”, que envolveu toda a rede municipal de Ensino Fundamental da cidade ao longo dos anos de 2006 e de 2007. O projeto tinha dois objetivos principais: 1) “Levar o aluno a conhecer, apreciar e valorizar o patrimônio material e imaterial de São Carlos, reconhecendo-o como fonte de conhecimento para a compreensão do processo de formação e desenvolvimento da cidade” e 2) “Despertar o sentimento de identidade e pertencimento dos diferentes grupos culturais e étnicos que habitam a cidade de São Carlos, de forma que possam sentir-se enquanto parte integrante da construção da história da cidade”. Para isso foram desenvolvidas uma série de ações conjuntas de caráter pedagógico e político.

A primeira delas foi o estabelecimento de um ciclo de orientação pedagógica para todos os professores do terceiro e quarto anos do ensino fundamental da rede municipal⁴. Esse ciclo era composto de palestras com especialistas e atividades que visavam à construção de uma dinâmica de participação, democraticamente estabelecida entre os parceiros do projeto, para a elaboração de uma proposta de programa educativo/planejamento pedagógico para o 2º ciclo do Ensino Fundamental I. O programa educativo, gerado coletivamente com os participantes ao longo desse processo, teria como tema gerador a história e o patrimônio cultural e natural do município de São Carlos.

A segunda ação consistia na visita de todos os alunos da rede municipal de ensino aos locais patrimoniais da cidade de São Carlos. Foi selecionado um local específico, em consonância com os conteúdos de ensino, para cada ano do ensino fundamental. A visita reservada ao segundo ano, por exemplo, acontecia no Museu Histórico da cidade.

² O trabalho de formação de professores da educação básica (ensinos fundamental e médio) na perspectiva da multiplicação dos conteúdos é respaldada pela bibliografia de educação em museus (ALLARD e BOUCHER, 1991; ALLARD e LEFEBVRE, 1995).

³ Para maiores informações sobre o projeto “História dos bairros” consultar <http://www.promemoria.saocarlos.sp.gov.br/?conteudo&id=84>

⁴ Atuais quarto e quinto anos. Compreende os alunos entre 9 e 10 anos de idade.

Para a apreciação dos impactos do Projeto, foram realizadas diversas avaliações, quantitativas e qualitativas, tanto com os professores, como com os alunos. A amplitude e especificidade dos dados coletados impossibilita sua utilização no âmbito deste trabalho. Entretanto, é possível afirmar que 64% dos professores julgou, ao final do projeto, que seus alunos obtiveram uma compreensão satisfatória da importância da preservação do patrimônio material e imaterial de São Carlos⁵.

A partir da breve descrição aqui realizada é possível perceber a amplitude e abrangência da ação. Alguns aspectos, entretanto, merecem ser destacados pela pertinência em relação à discussão aqui almejada acerca da especificidade das ações museais de inclusão. O primeiro deles diz respeito ao papel desempenhado pelas equipes envolvidas. No que se refere ao Museu Histórico de São Carlos, sua diretora durante o ano de 2005 era uma especialista em museologia e mestranda em educação, curso no qual desenvolvia uma pesquisa sobre a relação entre museus e escolas⁶. Foi sua a iniciativa de abertura do “Curso de Formação para Educadores”, mote inicial da ação aqui relatada. Sua expertise técnica na área museológica, em especial na área de educação em museus, possibilitou o desenvolvimento da parceria com a Fundação Pró-Memória de São Carlos. A diretora da Fundação, uma arquiteta interessada no desenvolvimento de ações de educação que ajudassem na preservação do patrimônio local, também teve um papel fundamental na estruturação do projeto, na medida em que, além da expertise técnica na área preservacionista, dispunha de um excelente trânsito político que possibilitou, em última instância, a consolidação da parceria com a Secretaria Municipal de Educação. Os parceiros da Secretaria Municipal, por sua vez, foram os facilitadores do acesso às escolas, sem o qual o projeto “São Carlos de Todos Nós” não teria acontecido. Esse acesso facilitado englobava, entre outros aspectos, a garantia da presença dos professores na orientação pedagógica, mediante dispensa remunerada dos mesmos para participação. Além disso, sua expertise técnica no que se refere aos aspectos de formação de professores, educação ambiental e diversidade étnica foram de grande importância na estruturação dos conteúdos conceituais do Projeto.

Percebe-se aí a existência, ao longo do projeto, de um intrincado “jogo” de interação entre parceiros, visando objetivos comuns, e estratégia política. Mais do que “boa vontade” fica claro, portanto, que projetos de inclusão, ao envolverem potenciais parceiros⁷ de diferentes

⁵ Pergunta respondida por meio de um questionário de múltipla escolha, cujas opções eram: satisfatória, regular (30%) e insatisfatória (5%).

⁶ A pesquisa resultou na dissertação intitulada “A relação museu/escola: teoria e prática educacionais nas visitas escolares ao Museu de Zoologia da USP” (MARTINS, 2006).

⁷ A parceria é potencial até sua concretização. De acordo com Sepúlveda Köptke (2003) o conceito de parceria foi cunhado no bojo do movimento que, na França de 1781, buscava compartilhar as responsabilidades educacionais a partir do uso de novas estratégias de ação. De acordo com a autora, “a parceria educativa suscita uma reflexão aprofundada sobre as concepções políticas referentes às relações entre o indivíduo e a sociedade e requer uma tomada de posição a favor de um novo modo de organizar essas relações” (SEPÚLVEDA KÖPTKE, 2003: 111). No que se refere à concretização da parceria, a autora delimita três momentos para seu aprofundamento: a parceria institucional, a parceria de projeto e a parceria da realização. A parceria institucional realiza-se no âmbito governamental, por meio de uma legislação pertinente que incentive e facilite a aproximação dos parceiros. A parceria de projeto dá-se no segundo nível, quando os parceiros encontram-se para conceber e estabelecer o projeto, definindo os papéis cabíveis a cada membro. Por fim, a parceria da realização é o momento em que as especificidades de cada método de ação, locais e parceiros aparecem com toda sua força.

esferas administrativas e/ou conceituais – museu, escolas, secretarias municipais e instituição de preservação patrimonial, no caso relatado – dependem de uma bem construída articulação política para sua real efetivação.

Outro aspecto essencial nessa equação é a formação multidisciplinar da equipe, que possibilitou a integração de vários olhares distintos na busca pela preservação patrimonial do município⁸. Ressalta-se que a harmonização desses diferentes olhares na construção de objetivos comuns, e aqui cabe salientar a intensa participação dos professores, não aconteceu sem dificuldades. Problemas, como a representação negativa recíproca entre os participantes tiveram que ser contornadas ao longo de todo o primeiro semestre de implantação do projeto. Por um lado, os professores sentiam-se historicamente excluídos da concepção das atividades educacionais oferecidas para seus alunos pela Secretaria de Educação do município⁹. Por outro lado, os gestores do projeto, representados pela equipe da Secretaria de Educação, pela diretora do Museu e pela presidente da Fundação Pró-Memória, também eram portadores de uma visão, historicamente construída, de professores como sujeitos não-capacitados para atuar em espaços não-escolares. Essa mútua representação negativa, se não trabalhada, traz como consequência uma participação pouco comprometida dos professores que acabam por tornar-se, “observadores passivos e consumidores de produtos prontos nem sempre correspondente a seus objetivos para a atividade em questão” (SEPÚLVEDA KÖPTKE, 2003, p. 120). De acordo ainda com Sepúlveda Köptke (2003, p.120), “para se alcançar os objetivos almejados, o projeto deve inserir-se numa progressão pedagógica coerente, onde o professor não seja mero consumidor de produtos culturais”. Nesse sentido, a metodologia de base para o trabalho de orientação pedagógica no projeto “São Carlos de Todos Nós” teve como pressuposto a construção de um sólido canal de diálogo entre os parceiros de forma a harmonizar os objetivos e método de trabalho junto aos alunos.

Considera-se, portanto, que as ações museais de inclusão devem, além de atentar para a necessária articulação política entre as esferas envolvidas, consolidar o que Sepúlveda Köptke (2003, p.120) denomina de prática pedagógica em parceria, suscitada a partir de medidas que favoreçam o diálogo entre os atores envolvidos, evitando-se assim a perpetuação de eventuais representações negativas entre os parceiros.

⁸ É importante ressaltar que a perspectiva de preservação aqui considerada parte do pressuposto de que a promoção do reconhecimento da existência e importância do patrimônio pelo grupo social ao qual ele pertence é a garantia de sua preservação material. A promoção desse reconhecimento e importância, por sua vez, se dá por meio de ações educativas e de comunicação desse patrimônio.

⁹ Um histórico de projetos anteriormente implantados “de baixo para cima” era cotidianamente lembrado pelos professores participantes. Questões como linguagem, tempo e cumprimento de expectativas eram apontadas por esses sujeitos como inadequadamente tratadas nessas ocasiões.

Participação social e ação inclusiva nos museus: em busca da harmonia entre teoria e prática

A museologia, enquanto campo disciplinar em estruturação (BRUNO, 1996), busca nas práticas de inclusão social dos museus material empírico que possibilite a alimentação de uma reflexão própria. Essa reflexão busca também propor novos caminhos para as práticas inclusivas. Nesse sentido foram forjados conceitos que atualmente transitam no universo epistemológico museológico e cuja trajetória serve igualmente para a compreensão do próprio fazer museal. Como foi apontado anteriormente, a teorização proposta por Meunier e Soulier (2010) faz parte desse esforço de construção de ferramentas de análise desse universo de ações.

Uma discussão necessária neste texto diz respeito ao alcance do conceito de inclusão em museus. Quando se fala nisto, pensa-se rapidamente em alguns recursos de adaptação arquitetônica e expográfica para deficientes físicos ou programas especiais para atendimento a jovens carentes, idosos, deficientes e um sem número de excluídos das ações tradicionais.

Uma outra interpretação, já debatida e descartada por Gabriela Aidar (2002, p.59) é a de *audience development* (desenvolvimento de públicos), que seria trazer para o museu os públicos que tradicionalmente não o visitam. Esta é uma política importante a ser adotada pelos museus, porém não dá conta do sentido da inclusão que, segundo a autora, “[...] propõe, para além de uma maior acessibilidade às instituições museais, o desenvolvimento de ações culturais que tenham impacto político, social e econômicos, e que tenham alcance tanto a curto quanto a longo prazo” (AIDAR, 2002, p.60). É justamente essa a perspectiva de inclusão aqui proposta, uma inclusão capaz de gerar frutos a longo prazo e que promova uma maior acessibilidade aos museus, bem como ao patrimônio por eles preservado¹⁰. No caso em questão é importante ressaltar também a perspectiva da inclusão não apenas como acesso, mas como possibilidade de ação efetiva de participação nos processos de seleção do que deve ser preservado/musealizado em uma cidade.

A partir do exposto, afirma-se que a experiência aqui descrita, o projeto “São Carlos de Todos Nós”, pode ser caracterizada enquanto uma ação inclusiva museal, na medida em que promoveu o acesso de grupos escolares não só ao patrimônio preservado no Museu Histórico, como ao patrimônio cultural e natural municipal. Esse acesso, mais do que simplesmente “levar a o público a conhecer” proporcionou uma transformação na maneira de se pensar a articulação entre esse patrimônio e os conteúdos escolares. Além disso, como se pode constatar pelos breves dados de avaliação trazidos, o impacto das ações junto ao público foi considerável.

A utilização desse exemplo, entre tantos outros possíveis, como uma ação de inclusão museal, tem como objetivo estimular a reflexão sobre os limites dessas ações estabelecidos por meio da teoria museológica disponível. O projeto “São Carlos de Todos Nós” talvez seja considerado, em termos teóricos, muito mais uma ação de educação museal na perspectiva da relação

¹⁰ Essa perspectiva de inclusão vai de encontro a própria perspectiva de preservação citada anteriormente.

museu-escola do que propriamente uma ação de inclusão. O ciclo de orientação pedagógica, a seleção dos locais de visitação em harmonia com os conteúdos escolares, a visita propriamente dita e a avaliação posterior vão de encontro, por exemplo, ao modelo didático da relação entre museus e escolas proposto por Allard e Boucher (1991).

O questionamento aqui proposto diz respeito justamente a essa aparente “contradição”. Considera-se o projeto “São Carlos de Todos Nós” como uma ação de inclusão museal justamente pela promoção do acesso ao patrimônio, material e imaterial, de forma qualificada, que ele possibilita. Em um país como o Brasil, onde a frequência a museus ainda é pequena¹¹, uma ação que possibilita não só essa frequência, como também o início da percepção do patrimônio enquanto herança individual e coletiva, pode servir para ampliar a teorização acerca da especificidade dessas ações. A correlação entre o que comumente é denominado pela bibliografia como ação educativa nos museus (AAM, 1992; SANTOS, 2001) e as ações de inclusão museal passam, nessa perspectiva, a assumir um contorno mais fluido e menos exato. Sendo assim, torna-se inevitável o questionamento: não poderiam, em países onde a frequência a instituições culturais e a preservação do patrimônio ainda são questões a serem resolvidas, todas as ações educativas em museus serem consideradas ações de inclusão? Educar não se limitaria, assim, a mera transferência de conteúdos conceituais, uma visão já amplamente contestada de educação (HEIN, 1998; HOOPER-GREENHILL, 1999). Educar implicaria também a transformação dos sujeitos participantes no processo pedagógico, em relação ao patrimônio, com impactos a longo prazo, conforme definido por Aidar (2002).

Outra perspectiva de debate conceitual decorrente dessa discussão diz respeito à própria teorização sobre não-públicos. Em um de seus estudos Hood (1983) definiu três categorias de públicos de museu. O que ela denomina de *público freqüentador* são aquelas pessoas que visitam o museu pelo menos três vezes ao ano. Já o *público eventual* realiza de uma a duas visitas por ano. Por fim, o *não-público* fica dois anos sem visitar uma instituição museal.

A partir dessa categorização é possível compreender inclusão em museus de uma maneira muito mais abrangente do que os públicos social e economicamente desfavorecidos¹². Na já apontada situação nacional de baixa frequência aos museus essa categorização colocaria na esfera do não-público uma parte significativa da população, nela incluindo os estudantes da rede municipal de São Carlos. Considera-se que essa perspectiva alargada de não-públicos seja mais condizente com a realidade de freqüentação dos museus e instituições culturais nacionais.

¹¹ Segundo a pesquisa sobre o consumo cultural das famílias brasileiras (BRASIL, 2007), apenas 4,3% das despesas culturais são realizadas com museus (nessa categoria também estão incluídos espetáculos artísticos ao vivo).

¹² Na bibliografia européia e anglo-saxã são considerados não públicos os desfavorecidos econômica e socialmente, tais como imigrantes e grupos étnicos minoritários (HOOPER-GREENHILL, 1995). Essa compreensão tem sido utilizada nos casos nacionais descritos pela bibliografia (CHIOVATTO, 2008).

Frente a esses apontamentos, e como mote para sua finalização, propõem-se uma reflexão acerca da acuidade das teorizações que buscam compreender as ações museais inclusivas. As diversas denominações existentes, entre as quais o aqui exposto conceito de museologia cidadã, trazem uma perspectiva de compreensão da inclusão em museus que, aparentemente, não se debruça sobre as ações mais comumente associadas à educação em museus e, mais especificamente, à relação entre museus e escolas. Por outro lado, parece ficar claro, frente à análise do projeto “São Carlos de Todos Nós” que conceitos como inclusão e não-públicos podem ser compreendidos de forma mais amplas, englobando as ações educativas voltadas para o público escolar. Essa afirmativa se torna especialmente verdadeira quando contextualizada pela freqüentação de museus no Brasil. Essa argumentação busca evidenciar o quão difusos são os limites teóricos e o quanto a especificidade da prática de inclusão em museus e da própria educação em museus ainda são questões não resolvidas no universo teórico museológico.

REFERÊNCIAS

ALLARD, Michel; BOUCHER, Suzanne. **Le musée et l'école**. Québec: Hurtubise HMH, 1991.

ALLARD, Michel; LEFEBVRE, Bernard. **Le musée, un lieu éducatif**. Montréal: Musée d'Art Contemporain de Montréal, 1995.

AIDAR, Gabriela. Museus e Inclusão Social In: **Ciências & Letras** – Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, no 31. Porto Alegre: Faculdade Porto-Alegrense de Educação, 2002. p. 53-62.

AMERICAN ASSOCIATION OF MUSEUMS. **Excellence and Equity: Education and the Public Dimension on Museums**, A Report from the American Association of Museums, Washington, DC, 1992.

ATELIER do movimento internacional para uma Nova Museologia. PATRIMÔNIO, juventude e desenvolvimento: desafios para o século XXI. In: (8: 1999). Salvador: MINOM, 1999.

BLACK, Graham. **The engaging museum for visitors involvement**. London: Routledge, 2005.

BRASIL, Ministério da Cultura. **Economia e Política Cultural: acesso, emprego e financiamento**. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museologia e comunicação. In: **Cadernos de Sociomuseologia**. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, n.9, 1996.

BRUNO, M. C. O; NEVES, K. R. F. (Orgs.). **Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento: propostas e reflexões museológicas**. São Cristóvão, SE: MAX/ UFS, 2008.

CECA. **Intégration des musées dans une société multiculturelle**. Delhi-Calcutta : 1993.

_____. **Les musées et les communautés**. Stavanger : 1995.

CENTRO DE ESTUDOS DE SOCIOMUSEOLOGIA. **Museologia: teoria e prática**. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1999. (Cadernos de Sociomuseologia, 16).

CHIOVATTO, Mila M. **Museu, imaginação e formação dos sujeitos: a experiência da Pinacoteca do Estado de SP**. V Seminário estadual artes na educação. Criciúma: Unesc/Unicamp, 2008.

DAVIS, Peter. **Ecomuseums – A sense of place**. London, New York: Leicester University Press, 1999.

DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria. **Ondas do Pensamento Museológico Brasileiro**. Lisboa: ULHT, 2003. (Cadernos de Sociomuseologia, 20). 259 p.

EIDELMAN et al. (Dir.). **La place des publics**. De l'usage des études et recherches par les musées. Paris: La documentation française, 2007.

HEIN, G. **Learning in the museums**. London: Routledge, 1998.

HOOD, Marilyn G. (1983) Staying Away: why people choose not to visit museums. **Museum News**, 61(4), April: 50-57.

HOOPER-GREENHILL, Eilean (Ed.). **The educational role of the museum**. London and New York: Routledge, 1999.

_____. **Museum, media, message**. Routledge, London, 1995.

MARTINS, Luciana Conrado. **A relação museu/escola: teoria e prática educacionais nas visitas escolares ao Museu de Zoologia da USP**. São Paulo: USP / Faculdade de Educação, 2006. (Dissertação de mestrado).

MEDEIROS, Carlos L. (coord.). **Cultura, factor de criação de riqueza: uma nova perspectiva dos museus**. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2008.

MEUNIER, A.; SOULIER, V. Préfiguration du concept de muséologie citoyenne. In: CARDIN, J.; ÉTHIER, M.; MEUNIER, A. **Histoire, musées et éducation à la citoyenneté**. Québec: MultiMondes, 2010. p. 309-330.

MUSEUMS & GALLERIES COMMISSION. **Museologia. Roteiros práticos**. São Paulo: EDUSP; VITAE, 2001 a 2005. Volumes 1 a 9.

PIMENTEL, T. V. C.; BITTENCOURT, J. N.; FERRON, L. M. A. A teoria, na prática, funciona. Gestão de acervos no Museu Histórico Abílio Barreto. **Revista CPC USP**, 2005. n. 6, p. 2.

PRIOSTI, Odalice Miranda. **Museologia e sustentabilidade no desenvolvimento de cidades de pequena e média dimensão: a contribuição das iniciativas locais comunitárias**. Texto apresentado em Mesa redonda nas XV Jornadas sobre a Função Social do Museu/ IX Atelier Internacional do MINOM "Modernidade: inércias e conflitos - Os equilíbrios possíveis". Santiago do Cacém, Portugal: 2003. (mimeo)

RIVIÈRE, Georges-Henri. **LA MUSEOLOGIE** Selon Georges-Henri Rivière. Cours de Muséologie / Textes et témoignages. Bordas, França: Dunod, 1989.

SANDELL, Richard (Ed.). **Museums, society, inequality**. London: Routledge, 2002.

SANTOS, Maria Célia. **Museu e Educação: conceitos e métodos**. Artigo extraído do texto produzido para aula inaugural – 2001, do Curso de Especialização em Museologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, proferida na abertura do Simpósio Internacional “Museu e Educação: conceitos e métodos”, realizado no período de 20 a 25 de agosto. Disponível online em: http://www.mestrado-museologia.net/Arquivo_mcelia/museueducacao_portoalegre.doc Acesso em 18 de agosto de 2010.

SEPÚLVEDA KÖPTKE, Luciana. **Parceria Museu e Escola como experiência social e espaço de afirmação do sujeito**. In: GOUVÊA, Guracira et al. (orgs.). Educação e Museu. A construção social do caráter educativo dos museus de ciências. Rio de Janeiro: Acces, 2003, p. 107-128.

SMITH, Jeffrey K. Exposições no Met, MoMA e Guggenheim: impacto econômico sobre Nova York. In: **CADERNOS de Memória Cultural**, 4: Museu em Transformação. Rio de Janeiro: Museu da República, 1999.

UNIVERSIDADE de São Paulo. **V Semana dos Museus da Universidade de São Paulo: ações afirmativas em museus - educar e preservar**. São Paulo: USP, 2005.

VAN MENSCH, Peter. O objeto de estudo da Museologia In: **Pretextos Museológicos** Rio de Janeiro: UNI-RIO/UGF, 1994, n.1.

VARINE, Hugues de. **Patrimônio e educação popular**. In: O Direito de Aprender. http://www.direitodeaprender.com.pt/revista02_02.htm, acesso em 29/04/2007.

_____. **L'initiative communautaire**. Recherche et expérimentation. Paris: W/MNES, 1991.